

# PROPRIEDADE E FAMÍLIA NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

## *PROPERTY AND FAMILY IN THE TOP OF SERRA FIELDS BETWEEN THE END OF THE 19TH CENTURY AND THE START OF THE 20TH CENTURY*

Andréa Pagno Pegoraro<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir acerca do processo de reconfiguração do antigo território de Vacaria-RS durante a passagem do século XIX para o século XX através de inventários *post-mortem* localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), além de registros paroquiais e cartoriais. Nosso estudo busca analisar as mudanças que resultaram em um processo de reorganização do espaço gaúcho definido através do conceito de reterritorialização. Partimos do pressuposto de que o início do século XX marcou um período de inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais que se refletiram na organização das fazendas, realização de partilhas, vendas e compras de terras. Buscamos compreender, entre outros aspectos, de que modo a estrutura pecuarista das antigas fazendas vacarienses acabou por ceder ou não lugar a outras atividades econômicas e os desdobramentos associados a fragmentação de suas terras. O presente tema faz parte da sequência de pesquisas iniciadas no curso de mestrado através da dissertação defendida em 2016 pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e atualmente constituem o objeto de reflexão sobre o qual se alicerça o desenvolvimento da tese pela mesma universidade.

**Palavras-chave:** Família. Propriedade. Fazendas. Século XIX.

### ABSTRACT

*This article aims to reflect on the reconfiguration process of the former territory of Vacaria-RS during the transition from the 19th to the 20th century through post-mortem inventories located in the Public Archive of Rio Grande do Sul (APERS), in addition to parish and notary offices. Our study seeks to analyze the changes that resulted in a process of reorganization of the Gaucho space defined through the concept of reterritorialization. We assume that the beginning of the 20th century marked a period of numerous political, economic and social transformations that were reflected in the organization of farms, the realization of divisions, sales and purchases of land. We seek to understand, among other aspects, how the cattle-raising structure of the old farms in Vacaria ended up giving way or not to other economic activities, and the consequences associated with the fragmentation of their lands. This theme is part of the sequence of research initiated in the master's course through the dissertation*

---

1 Universidade de Passo Fundo (UPF)- doutoranda

*defended in 2016 by the University of Passo Fundo (UPF) and currently constitute the object of reflection on which the development of the thesis by the same university is based on.*

**Keywords:** Family. Property. Farms. XIX century.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade analisar o processo de reconfiguração do antigo território de Vacaria, entre o final do século XIX e início do século XX através de inventários *post-mortem* encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERs) e registros cartoriais do município de Vacaria. O presente estudo busca evidenciar o processo de reterritorialização do espaço inicialmente ocupado pelas grandes fazendas pecuaristas, tendo como objeto principal de estudo a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em Vacaria-RS.

As terras da fazenda do Socorro foram doadas ao tropeiro José de Campos Bandembugo que juntamente com sua única filha Clara Jorge e seu genro Manoel Rodrigues de Jesus deram origem ao povoamento da região através de seus descendentes. Em 1872, a fazenda era propriedade de José Joaquim Ferreira, casado com Gertrudes de Assumpção, neta de Clara Jorge, que era também uma das filhas de Antônio Manoel Velho, proprietário de grandes extensões de terras, entre as quais a fazenda dos Ausentes que deu origem ao município de São José dos Ausentes.

O casal não tinha filhos, na fazenda vivia um sobrinho de Ferreira, Domingos Gomes da Cunha, a quem havia nomeado como seu herdeiro universal, tendo como cláusula que o mesmo continuasse vivendo na fazenda e auxiliasse em sua administração. Mas as discussões entre ambos eram frequentes até que certo dia as desavenças resultaram na decisão de Ferreira em deserdar Domingos, o que acabou provocando a ira do ex herdeiro e o assassinato de Ferreira (PEGORARO, 2014). Através da análise da história da fazenda, seguindo entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX podemos analisar o processo de reconfiguração ocorrido no antigo território de Vacaria e de que modo esse espaço se reterritorializou.

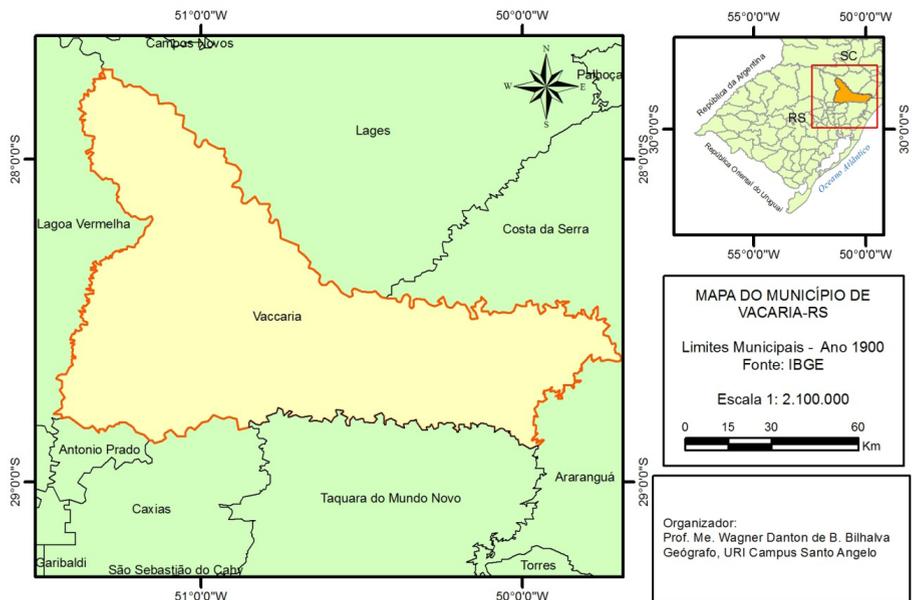
### 1 O antigo território de Vacaria-RS como um espaço regional

O recorte regional de nossos estudos está alicerçado no antigo território de Vacaria-RS entre os anos de 1890 a 1930, período compreendido pela Primeira República brasileira. Esse recorte foi definido considerando-se não apenas o espaço físico de abrangência territorial, mas também as características de identidade e culturais pelas quais essa região estava ligada. A atividade pecuarista era predominante na região, assim como as

heranças oriundas do tropeirismo, podendo ser definida como um espaço voltado para a criação de gado bovino. No entanto, não podemos deixar de mencionar que diversas localidades desenvolveram atividades agrícolas a partir da chegada dos imigrantes, como é o caso de Ipê e Campestre da Serra onde os imigrantes italianos iniciaram o plantio da uva.

O distrito de Vacaria foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à categoria de vila no ano de 1878. Em 1900 temos a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. Também durante o século XIX e início do século XX, ocorreram diversas emancipações de distritos que deixaram de pertencer a Vacaria, entre eles Bom Jesus, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Ipê e Campestre da Serra. O mapa 1.1 ilustra o espaço ocupado pelo antigo território de Vacaria.

**Mapa 1.1 Território de Vacaria-RS em meados de 1890**



A formação do município liga-se diretamente às atividades tropeiras, que ajudaram a consolidar o alicerce econômico, político e cultural que perduram até os dias atuais. No Rio Grande do Sul, as atividades pecuaristas emergiram de um contexto que define a própria formação de seu território através do tropeirismo, processo sobre o qual Vacaria esteve direta-

mente vinculada até por volta de 1930. De acordo com o censo do IBGE<sup>2</sup> de 1900, Vacaria possuía nessa época a área de 8.526 Km,<sup>2</sup> apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.<sup>2</sup> De acordo com o mesmo censo na década de 1900 o município de Vacaria abrangia os distritos de 1° Vacaria, 2° Vista Alegre, 3° Capão Alto, 4° São Luís de França, 5° São João Batista, 6° São Pedro, 7° Santo Antônio e 8° Capela da Luz.

Heredia (1996), define região como o espaço que podemos percorrer sem nos sentirmos estranhos, dentro de uma ideia de pertencimento. Assim, uma região não é apenas um espaço físico, mas um local definido por identidades, diferentemente das linhas divisórias que atendem às questões políticas, os conceitos regionais se relacionam às respostas humanas de pertencimento. Nesse sentido, para o historiador, uma região não pode ser definida apenas através de questões geográficas, políticas, sociais, ou econômicas, mas pelo conjunto de experiências que permitem falar em características comuns a um grupo humano, Carbonari (2009) considera que:

El espacio regional, no es un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción. Es testimonio del pasado que actúa sobre el presente y condiciona el futuro. Analizarlo implica verlo como un espacio dinámico, en continuo movimiento. Por tanto, como producto de la historia y que al mismo tiempo actúa sobre la historia (p. 28).

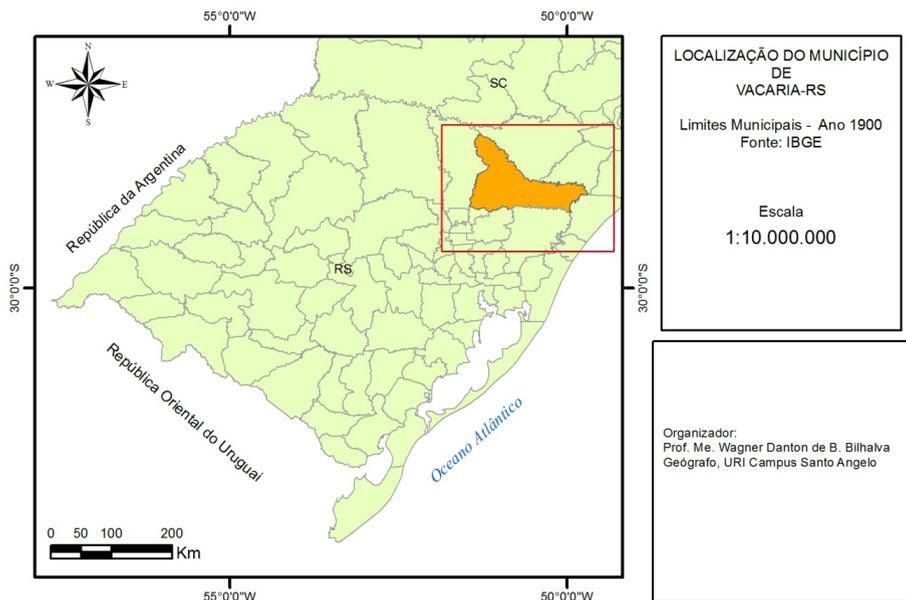
Conforme mencionado pela autora, região é um espaço definido através de questões sociais, onde é possível encontrarmos traços marcantes de heranças culturais e materiais, com uma determinada estrutura social e suas contradições que definem um sentimento de pertencimento a um determinado território e grupo. Como destacado por Heredia, “la región es el resultado de la relación íntima del hombre con su medio, la región es una criatura, o sea una creación singular, la regionalización debe ser entendida como el proceso en el cual la región se desarrolla y toma forma histórica concreta” (HEREDIA, 1996, p. 300). Região, portanto, não é um espaço fixo, demarcado geograficamente, mas um espaço que apresenta mudanças.

O município de Vacaria foi criado em 1850, tendo uma superfície de aproximadamente 16.800 Km<sup>2</sup>, que originaram mais de 13 municípios, sendo que em 1881, por ocasião da emancipação de Lagoa Vermelha a superfície passou a 10.575 Km<sup>2</sup>. Já em 1913, com a emancipação

2 Biblioteca do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09/08/2017.

do município de Bom Jesus, a área ficou reduzida a 6.681 Km<sup>2</sup>. Vacaria também pertenceu a comarca de Santo Antônio da Patrulha entre 1854 a 1863. Em 1884 havia no município o número de 296 eleitores e, em 1890 existia na sede cerca de 450 habitantes. Também, de acordo com informações extraídas do livro *Vacaria dos Pinhais*, de Fidélis Barbosa, em 1905 a população era estimada em 30.000 habitantes, havendo 1.521 eleitores. Em 1920 o número de habitantes saltou para 22.718 (BARBOSA, 1978). O mapa 1.2 *Localização do município de Vacaria em 1900* nos mostra a abrangência territorial ocupada pelo antigo território de Vacaria.

### 1.2 Localização do município de Vacaria-RS em 1900



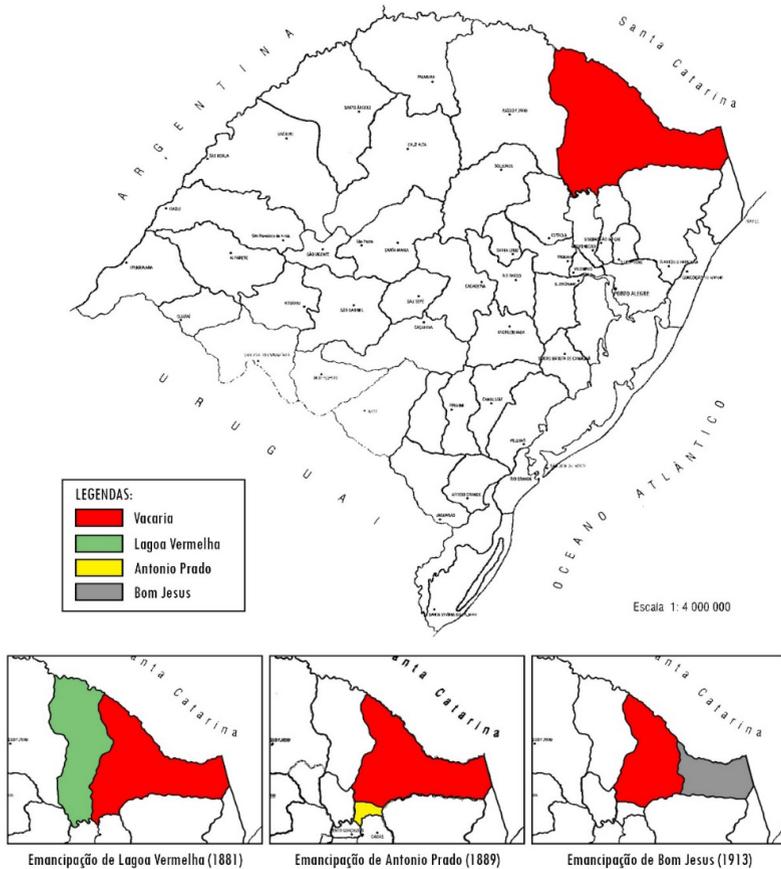
De acordo com o censo do IBGE<sup>3</sup> de 1900 Vacaria possuía nessa época a área de 8.526 Km<sup>2</sup> apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.<sup>2</sup> De acordo com o censo realizado pelo IBGE na mesma década o município abrangia os distritos de 1° Vacaria, 2° Vista Alegre, 3° Capão Alto, 4° São Luís de França, 5° São João Batista, 6° São Pedro, 7° Santo Antônio e 8° Capela da Luz.

O distrito de Vacaria foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à cate-

3 Biblioteca do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09/08/2017.

goria de vila no ano de 1878. Segundo Barbosa (1978), em meados de 1900, a vila de Vacaria possuía 140 casas e 631 habitantes. No mesmo ano, aconteceu a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. O *mapa 1.3 Desmembramentos da antiga vila de Vacaria* mostra o antigo território de Vacaria em 1878 quando foi separado de Santo Antônio da Patrulha. Nos detalhes vemos a emancipação dos municípios de Lagoa Vermelha (1881), Antônio Prado (1889), Bom Jesus (1913).

**Mapa 1.3 Desmembramentos da antiga vila de Vacaria-RS**



Mapa do Rio Grande do Sul em 1878, quando da emancipação do município de Vacaria. Abaixo, as emancipações ocorridas até o início do século XX: Lagoa Vermelha (1881), Antonio Prado (1889) e Bom Jesus (1913). Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão dos Assuntos Municipais. *Evolução municipal do RS 1809-1996*, Porto Alegre, 2002. Adaptado por Alex Antônio Vanin.

Autoria: Alex Vanin.(2019)

Em 1911 o município abrangia 5 distritos: Vacaria, Bom Jesus, São Luís de França, São João Batista e Vista Alegre, não integrando-se o distrito de São Pedro. Bom Jesus desmembra-se do município em 1913, ano em que é criado o distrito de Capão Alto e anexado ao município de Vacaria. Em 1917 é criado o município de Muitos Capões e também anexado à Vacaria, no mesmo ano em que o município de Nossa Senhora da Luz é criado e também vinculado ao município. São José do Pinhal é anexado em 1924, juntamente com São Pedro do Ipiranga. Composto, portanto, esses distritos a região compreendida por nossos estudos

## **2 Território e reterritorialidade através de um conceito histórico e geográfico**

Ao nos propormos a examinar as transformações ocorridas no antigo território de Vacaria faz-se necessário inicialmente que busquemos elucidar os conceitos espaço e território. Para tanto, é preciso ressaltar que território vem de terra que, formalmente, significa uma porção não pedregosa, asfaltada, ou cimentada da superfície terrestre, e que pode ser argilosa, arenosa ou saibrosa. (Geiger, 1996, 235). Segundo o autor, a rocha viva, o asfalto ou o cimento servindo de cobertura, formam os limites, sendo esta cimentada ou asfaltada passa-se para o termo chão. No entanto, o termo território não pode ser entendido simplesmente como um espaço físico, pelo contrário, o processo de construção territorial ocorre através da ação humana e, suas diferentes dinâmicas que atuam sobre o ambiente, definindo e reconfigurando suas características, nesse sentido:

A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Assim, o Brasil que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, através do exercício da gestão do mesmo, só vindo tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a fundação Brasil Central e pregou a “marcha para o este” procurando expandir a área de ação e de domínio do governo (ANDRADE, 1996, p. 214).

De modo que, a formação territorial está diretamente relacionada a uma composição social na qual as estruturas são alicerçadas a partir das interações do ser humano com o espaço. Segundo Andrade (1996) “o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área”

(ANDRADE, 1996, p.213). Para Santos (1996), “o território são formas, mas o território usado são objetos, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS e SILVEIRA, 1996, p. 16).

Andrade (1996), considera que a ideia de território liga-se sempre a ideia de poder, seja a referência feita ao poder público ou estatal. Geiger (1996), também considera que o termo território refere-se à uma relação abstrata de poder. Para Neves (1996) “o poder – como capacidade de decidir – se exerce sobre fragmentos – porções da realidade – é adaptado às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada vez mais diversificado e heterogêneo” (NEVES, 1996, p. 271). O autor enfatiza que a formação e transformação de novos territórios acontece através das desterritorialidades, da luta de classes ou de novas fontes especializadas de produção de mercadorias.

Segundo Costa (2014, p.96), “o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (COSTA 2014, p.96). O autor explica que, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode abranger diversas finalidades, sejam elas de abrigo, recurso, controle e/ou referência-simbólica. Nesse sentido, enquanto alguns grupos se territorializam a partir de um processo de integração entre dominação e apropriação outros podem territorializar-se diretamente pela dominação, sendo esta em um sentido mais funcional, não apropriativo.

Nesse sentido, território corresponderia a um nível mais elevado da produção social. Já o “espaço, propriamente dito, como espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado da produção social” (GEIGER, 1996, p. 238). Cara (1996), descreve território como uma objetivação multidimensional da apropriação do espaço, sendo a territorialidade “a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida” (CARA, 1996, p. 262).

Assim, territorializar-se representa a criação de mediações espaciais que proporcionem efetivo poder sobre a reprodução dos grupos sociais, que também poderia ser pensada através de um viés individual. De acordo com Costa (2014) “um território, portanto, pode ser visto como o produto agenciado de um determinado movimento em que predominam os campos de interioridade sobre as linhas de fuga, ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo” (COSTA, 2014, p. 123-124). Portanto, os agenciamentos, conforme o autor, excedem o espaço geográfico, de modo que tudo pode ser agenciado, desterritorializado e reterritorializado.

## 2.1 O território de Vacaria na segunda metade do século XIX através de registros paroquiais

Um dos grandes pilares de transformação do modelo de configuração das terras sul-rio-grandenses pode ser encontrado durante a primeira metade do século XIX, com a Lei de 1822, que extinguiu a doação de sesmarias no Brasil, intensificando, sendo Kliemann (1986) a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares. Surge também uma política imigratória, com o objetivo de criar mão de obra livre nas áreas de produção para exportação, consolidando um mercado interno consumidor “além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo” (KLIEMANN, 1986, p. 18).

De acordo com Kliemann (1986), a Lei de Terras e o respectivo Regulamento estabelecem a aquisição de terras devolutas somente através da compra em hasta pública “reservando-se as 10 léguas de fronteira, bem como as terras para colonização indígena, fundação de povoados, abertura de estradas, construção naval e de estabelecimentos públicos”. (KLIEMANN, 1986, p. 18). As terras devolutas eram definidas como áreas não cultivadas em poder do estado ou posses não legitimadas.

Conforme a autora, com a aplicação da Lei de 1850, o governo imperial precisou se preocupar com a legitimação das antigas posses e medições, além de criar registros e títulos, enquadrando na nova ordem o sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX. Consideravam-se terras devolutas as terras não cultivadas em poder do estado ou as posses não legitimadas. Isso fez com que o governo imperial tivesse que se preocupar em legitimar as antigas posses e mediações, criar registros e títulos, além de enquadrar na nova ordem todo o sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX (KLIEMANN, 1986).

Já o regulamento de 1854 resultou na subordinação de todos os assuntos de terras à Repartição Geral de Terras Públicas, então ligadas ao Ministério e Secretaria de Estado de Negócios do Império. O artigo 4º do regulamento, citado pela autora aponta que:

Todas as ordens da Repartição Geral de Terras Públicas, relativas à medição, divisão e descrição das terras devolutas nas Províncias; à sua conservação, venda e distribuição; a colonização nacional e estrangeira, serão assumidas pelo Ministério e Secretário do Estado dos Negócios do Império, e dirigidas aos presidentes das Províncias. As informações, porém, que forem necessárias para regular o andamento do serviço a cargo da mesma Repartição, poderão ser exi-

gidas pelo Diretor de seus delegados, ou requisitadas das autoridades incumbidas por este regulamento do registro de terras possuídas na medição, divisão, conservação, fiscalização e venda das terras devolutas e da legitimação ou revalidação das que estão sujeitas a estas formalidades<sup>4</sup>.

Nesse mesmo ano de 1854 foram lançados no livro de Registros paroquiais de Vacaria-RS, assinados inicialmente pelo pároco Antônio Manoel Branco todas as posses e propriedades dos moradores do antigo termo da Vacaria. O livro possui 339 registros, sendo que os últimos foram descritos no ano de 1856, com atraso, já que consta que seus possuidores precisaram pagar uma taxa por terem ultrapassado a data limite estipulada para a realização da ordem.

O primeiro registro realizado foi o de José Silveira de Azevedo, possuidor de um campo denominado Potreiro do Socorro, que possuía “pouco mais ou menos de uma légua de frente e outra de fundos, que comprou de Polycarpo José da Silva e sua mulher Maria Gabriela de Andrade, no ano de 1834”. Os campos ao norte se dividiam com o rio Pelotas, pelo leste limitavam-se com José Joaquim Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro. José Silveira de Azevedo relata não possuir títulos dos campos por terem sido partes pertencentes a uma sesmaria que foi de Gabriel Roiz de Jesus, cuja carta de sesmaria se encontrava em posse de seus herdeiros<sup>5</sup>.

Podemos presumir que Gabriel Roiz de Jesus teria sido um dos descendentes de Manoel Rodrigues de Jesus, casado com Clara Jorge, filha de José de Campos Bandemburgo, quem inicialmente recebeu a carta de sesmaria das terras do Socorro. O fato de Gabriel Roiz de Jesus ter sido possuidor de partes de terras na fazenda do Socorro indica que as mesmas foram deixadas em herança familiar, neste caso pela família Rodrigues de Jesus, proprietário da fazenda após a morte de Bandemburgo.

As terras, conforme o documento foram vendidas a José Silveira de Azevedo ainda no ano de 1834, o que mostra que as terras da sesmaria da fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro já haviam sido fragmentadas diversas vezes antes de chegar às mãos de José Joaquim Ferreira e que seus campos não foram apenas divididos entre herdeiros e descendentes, tendo passado a pertencer a outras famílias que adquiriram as terras através de títulos de compra, antes mesmo da Lei de Terras de 1850.

4 BRASIL. Regulamento para a execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. In: Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

5 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

Joaquim Ferreira Pereira foi possuidor de um campo que comprou em 1847 de Joaquim da Costa Chaves, pertencendo inicialmente ao capitão José Carneiro Geraldês, tendo sido herdeiros Hermenegildo Pereira Marques e seu genro Joaquim da Costa Chaves que o vendeu ao mencionado Joaquim Ferreira Pereira. Os campos foram descritos como abrangendo “uma légua de frente, pouco menos e duas de fundos, pouco mais ou menos”. O possuidor não possuía títulos “mais que posse imemorial de seus possuidores”, não estava medido, nem demarcado. Situava-se no lugar denominado Santo Antônio, próximo ao rio Saltinho<sup>6</sup>.

De acordo com o livro de registros paroquiais a descrição da fazenda do Socorro foi realizada por José Joaquim Ferreira em 22 de setembro de 1854, nele encontramos a seguinte transcrição:

Eu, abaixo assinado, sou senhor e possuidor de uma estância, nesse distrito de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, no lugar denominado Socorro, cuja estância é composta de várias partes de campos que por diversas vezes eu comprado a seus possuidores, como consta das competentes escrituras que se acham em meu poder. Esta estância ainda não foi medida, nem demarcada e, sua extensão será de duas sesmarias e meia mais ou menos, suas divisas e confrontações são as seguintes: pelo lado do norte é sua divisa o rio de Santa Ana, principiando no Passo da Serra do Pelotas e pelo mesmo arroio acima até onde faz barra o arroio Damaceno e por este acima fazendo divisa com o capitão Miguel Joaquim de Camargo, até um banhado que vai direto ao porto que tinha no Capão D’Andorinha e dali segue por uma vertente abaixo que vai desaguar no rio denominado Socorro, fazendo divisa com Francisco Xavier da Fonseca e com os herdeiros do finado José Rodrigues (ilegível) e dali segue pelo mesmo rio do Socorro abaixo até um lajeadinho que está na frente da casa da viúva Maria Gabriela de Andrade e dali segue por um arroio acima a passar pelo capão denominado Cuscos e, dali cortando em rumo da estrada que segue para o potreiro de José Silveira de Azevedo e pela estrada abaixo até o último passo que está na frente do mesmo potreiro e, dali por um arroio acima agarrando por uma grota de mato abaixo, fazendo divisa com os mesmos Maria Gabriela de Andrade e José Silveira de Azevedo e, cuja grota vai fazer barra no rio Santa Ana.<sup>7</sup>

---

6 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

7 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

As compras descritas por José Joaquim Ferreira constam terem sido realizadas a primeira em 1845 a Manoel Rodrigues Lisboa, como procurador de seu pai, a segunda em 1847 a Mancio Ivo da Fonseca, a terceira em 1847, de Maria Gabriela de Andrade e a quarta em 1847 a Jaú Lourenço de Lima e a quinta e última, em 1851 de Manoel Pereira Borges. Fato que nos mostra que a fazenda do Socorro, que em 1872 foi inventariada por morte de José Joaquim Ferreira, não era constituída inteiramente por terras pertencentes a sesmaria inicial do Socorro, a qual José de Campos Bandemburgo havia recebido posse ainda no século XVIII, mas por campos provenientes de compras<sup>8</sup>.

As informações do livro de registros paroquiais de 1854 nos apresentam também informações muito valiosas sobre as terras do antigo território de Vacaria e seus possuidores, mostrando que haviam diversas propriedades menores além das grandes fazendas originárias de sesmarias e, que estas em meados do século XIX já apresentavam proporções divergentes das originais.

Além das fragmentações provenientes de partilhas, essas fazendas foram sofrendo processos de reterritorialização derivadas de compras e anexações de territórios, que inicialmente já pertenciam a fazenda, mas que ao longo dos anos passaram a outros proprietários e, através de escrituras de compra foram anexadas novamente. Além disso, os mesmos proprietários por vezes eram possuidores de outros campos em localidades distantes.

### **3 Reconfigurações do território gaúcho entre 1889 a 1930 através da fazenda do Socorro**

De acordo com Pesavento (1980), no final do século XIX o Rio Grande do Sul apresentava-se basicamente como uma região fronteira, marcada pela militarização e autoritarismo nas relações de dominação, tendo sua economia diretamente relacionada às atividades agropecuárias. A pesquisadora considera que, sendo a economia mercantilizada com base primária-exportadora, vinculada como periférica ao mercado nacional, o estado fazia jus a designação de celeiro do país, considerando a destinação e o tipo de produtos exportados, os quais se constituíam de charque, couro, gêneros agrícolas de subsistência, banha, vinho (PESAVENTO, 1980).

As décadas finais do século XIX, também marcam um período de grande influência das ideias positivistas de Augusto Comte (1798-1857),

8 APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.

que se estende até as décadas iniciais do século XX. (GOLIN, 2007). Conforme salienta Golin (2007), a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, marcou uma nova etapa de propagação das ideias positivistas que se refletiram na organização política e econômica do estado. No início do período republicano após o rompimento entre o PRR e o ex-liberal Visconde de Pelotas, diversos militares e conservadores sucederam-se no governo, porém os republicanos mantiveram os postos mais importantes administrativamente (GOLIN, 2007).

Em 1872 a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, mais conhecida como fazenda do Socorro, localizada em Vacaria, atualmente tombada como patrimônio histórico, era propriedade de José Joaquim Ferreira, casado com Gertrudes de Assumpção. A história da fazenda se inicia por volta de 1770 quando as terras em que posteriormente se assentou a propriedade foram doadas em sesmaria ao tropeiro paulista José de Campos Bandemburgo.

#### Sede da Fazenda do Socorro (2017)



Fonte: Fotografia da autora (2017)

A única filha de Bandemburgo, Clara Jorge, juntamente com seu marido Manoel Rodrigues de Jesus são considerados um dos troncos fundadores do povoado de Vacaria. Conforme informações extraídas do livro do memorialista José Fernandes de Oliveira (1959) as famílias tronco do município de Vacaria seriam: 1° José de Campos Bandemburgo X Maria do Rego Melo; 2° Manoel Rodrigues de Jesus X Clara Jorge Silva; 3° Antônio Borges Vieira X Tereza Rodrigues de Jesus; 4° Manoel de Souza Duarte X Maria Rodrigues de Jesus; 5° Antônio Manoel Velho X Ignácia de Jesus Ve-

lho; 6º Ignácio Fernandes dos Reis X Páscoa Gonçalves de Jesus.

Em 1872, com a morte do fazendeiro José Joaquim Ferreira, o patrimônio familiar acabou seriamente prejudicado devido as desavenças entre herdeiros, tendo sido concluído o inventário apenas em 1880. Um dos sobrinhos de Ferreira, de nome Luiz Jacinto Ferreira tornou-se o novo proprietário da fazenda que já se encontrava arruinada pelas perdas de grande número de animais, abandono administrativo, entre outras questões.

Ao final do processo de inventário *post-mortem* de Ferreira, aberto em 1872 e a realização da partilha em 1880, Luiz Jacintho Ferreira tornou-se o grande herdeiro dos bens deixados pelo fazendeiro. Jacintho Ferreira adquiriu a meação dos demais legatários através de compras e acertos anteriores a realização da partilha, restando apenas 27.959.506 réis à viúva Gertrudes de Assumpção do Senhor. Das heranças que não foram entregues à Luiz Jacintho Ferreira, figuram além da meação da viúva, o legado da escrava Maria, referente à 4.485.000 réis correspondente ao legado deixado a ela por Ferreira, assim como o testamenteiro Daniel Ribeiro Martins que recebeu 344.515 réis<sup>9</sup>.

Uma outra escritura de desistência de herança em nome de Luiz Jacintho Ferreira e de “José Narciso dos Santos, sua mulher e outros” apontam que partes de terras na fazenda teriam sido vendidas ilegalmente durante o processo de litígios e prorrogações do inventário de Ferreira. O documento mostra que algumas famílias haviam tomado posse de terras e inclusive efetuado vendas alegando possuírem terras na referida propriedade. No acordo assinado, José Narciso dos Santos, juntamente com outras pessoas, asseguram desistirem de quaisquer direitos que imaginassem ter por títulos injustos na fazenda do Socorro<sup>10</sup>.

Entre as descrições das vendas ilegais de terras aparecem o casal João Leonardo Alves e sua mulher Carolina Gertrudes da Costa, cuja escritura consta ter sido lavrada em 19 de junho de 1875, sendo vendedor Serafim Rodrigues Lisboa. Também se inclui a venda de um outro pedaço de campo na fazenda do Socorro, ao qual figuram como vendedores Clementino Antonio Alves e sua mulher Plácida Maximiliana Rodrigues. Os campos foram vendidos ilegalmente pela quantia de 300 mil réis<sup>11</sup>.

9 APERS. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos n° 170.

10 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

11 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

Proferida a desistência dos terrenos vendidos de modo ilícito, o juiz solicita que os casais José Narciso dos Santos e sua mulher Maria Ignácia Moreira e, Amancio Antonio Ferreira e sua esposa Maria Jacintha Moreira desocupem as terras, retirando delas tudo o que lhes pertencessem. Consta que esses casais já haviam estabelecido mangueiras com criações, mas diante do exposto e sem direito algum para reivindicar, eles aceitam terem sido enganados e não expõem nenhum protesto, pelo contrário, concordam que as terras pertenciam de fato ao herdeiro de José Joaquim Ferreira<sup>12</sup>.

Luiz Jacintho Ferreira contraiu matrimônio por três vezes, no entanto, deixou uma única filha, de nome Ottilia, que se casou com Honório Brito. O falecimento de Luiz Jacintho Ferreira ocorreu no dia 14 de janeiro de 1896 na Colônia de Caxias. Os bens listados em inventário, pertencentes ao casal constituíam-se de uma fazenda denominada Socorro, situado no 1º distrito da vila, campo este que já teria sido medido pela Lei Torrens, contendo mais de légua de sesmaria, dividindo-se ao norte com as invernadas da herdeira Ottilia, a leste, com Cândido de Camargo Mello, ao sul com João Vieira e a oeste com Virgílio Antônio Rodrigues, Antônio Francisco Rodrigues Tito, e Ernesto de Medeiros Branco. Uma casa de moradia no campo acima discriminado, coberta de telhas, com cozinha, três galpões, mangueiras de pedra, lavoura cercada de pedras, um pequeno potreiro e mais benfeitorias<sup>13</sup>.

Ottilia, filha de Luiz Jacintho Ferreira faleceu em 1904, em seu inventário *post-mortem* encontramos descrita a certidão de venda da fazenda com data de 25 de abril de 1903. No documento consta que, Honório Brito e sua mulher Ottilia Ferreira de Brito, moradores na capital Porto Alegre, venderam a fazenda do Socorro ao comprador Marcos Flores de Noronha, residente na República Oriental do Uruguai, tendo sido a referida fazenda adquirida por herança do tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira e sua esposa Ottilia Ghertener Ferreira. No documento consta que a fazenda achava-se em parte sob domínio de usufruto da terceira mulher de Ferreira, sendo a venda ajustada no valor de 60.000.000 réis<sup>14</sup>.

Consta no Registro de Imóveis do município de Vacaria a transcrição das terras pertencentes a Luiz Jacintho Ferreira<sup>15</sup>, sendo este referido no

---

12 APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881.

13 APERS. Ano: 1896. Autos n° 416. Maço n° 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário. Inventariado: Luiz Jacintho Ferreira. Inventariante: João Antônio Jacques.

14 APERS. Inventário de Ottilia Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.

15 Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 12, RIHGRGS, Porto Alegre, n. 160, p. 35-56, julho de 2021.

livro 3, transcrição número 12, folhas 4, com data de 16 de setembro de 1882, no qual se lê:

Luiz Jacinto Ferreira, morador no Socorro, município de Nossa Senhora da Oliveira, adquirido de Alves Carneiro e sua mulher moradores no 3º distrito da mesma terra, por escritura pública de compra e venda pelo tabelião José Fernandes da Cunha, relativo a: fazenda de criar denominada Socorro, Nossa Senhora da Oliveira do município do mesmo nome, faz parte da fazenda Socorro, que confronta com terras do tenente e coronel Miguel Joaquim de Camargo e sua mulher, com outras de Lucas de Camargo Mello e sua mulher, de Candido de Camargo Mello e sua mulher, do coronel Felisberto Teles de Souza e sua mulher, de Jeremias Francisco de Souza, de herdeiros de Justino Francisco de Souza, de Polycarpo da Silva e sua mulher, dos herdeiros de Francisco Borges, de Cecilio Baptista de Almeida e sua mulher, de Miguel Primo da Rocha e sua mulher (...)

O documento comprova que pertencia a Luiz Jacinto Ferreira a fazenda, com uma invernada compreendendo duas léguas de frente com seis de fundo, mais ou menos, duas casas, terras, mangueiras, potreiro, invernadas, 500 cabeças de gado vacum, cavalos e burros. Em outra certidão, sendo a mesma referente a transcrição número 13, folhas 05 do livro 3, também com data de 16 de setembro de 1882, em nome do coronel Luiz Jacinto Ferreira é descrito que, o mesmo era morador no Socorro, Nossa Senhora da Oliveira, do município do mesmo nome, adquirido de Gertrudes D' Assumpção do Senhor, viúva de José Joaquim Ferreira, por seu curador.

Após ser vendida pela família Ferreira, que já não possuía mais vínculos com a fazenda, residindo em outro município e mantendo as terras arrendadas, a fazenda do Socorro passa a propriedade de Marcos Flores Noronha. No Registro de imóveis do município de Vacaria encontra-se o documento de escritura de registro da fazenda do Socorro em nome de Marcos Flores Noronha, a transcrição de número 348, pertence a folhas 73 do livro 3<sup>16</sup>, com data de 14 de maio de 1903, aponta que o mesmo era residente na República Oriental do Uruguai.

A fazenda, conforme o documento teria sido adquirida em 25 de abril de 1903 de Honório Brito e sua mulher. Na escritura consta que pertencia a Marcos Flores de Noronha “uma fazenda de meação denominada

---

folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

<sup>16</sup> Serviço Registral Imobiliário Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 348. Livro 03. Folhas 73. 14 de maio de 1903.

Socorro, com terras de campos e matos, cercas de pedra, poteiros, invernadas, casas de moradia e outras dependências, contendo uma área de 134.380.000 m<sup>2</sup>,

O processo de transmissão da fazenda, assim como a fragmentação de suas terras mostram que o território foi sendo reconfigurado ao longo dos anos, o que evidencia que houve uma reterritorialização do espaço. A venda de partes da fazenda e anexação de outras terras promoveu uma contínua interação com outros ambientes, modificando não apenas o espaço físico da fazenda, mas toda configuração econômica e social presente na mesma. Ao serem dividida as terras adquiriram novas funcionalidades, passando da criação de gado bovino para o cultivo agrícola, por exemplo, além de redefinir suas bases econômicas.

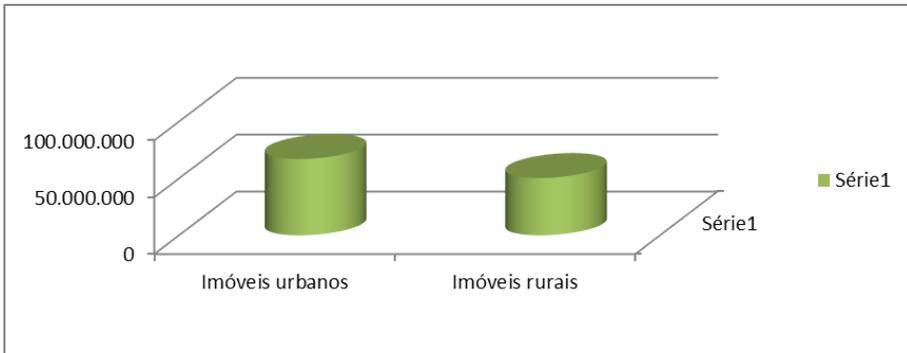
#### **4 A terra e a economia gaúcha entre o final do século XIX e início do século XX**

Entre as fortunas familiares deixadas entre 1889 a 1930 em Vacaria, evidenciamos que a terra representou a soma da maior parte das fortunas inventariadas, ficando os rebanhos em segundo lugar. Já as casas e benfeitorias não somaram valores significativos, um exemplo está no inventário de Antônio Telles de Souza (1913)<sup>17</sup> em que os bens deixados foram: “um retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1º distrito deste município no valor de 15 contos de réis, casa e mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis”, além de 232 cabeças de espécies diversas.

Observamos que o valor conferido a casa, juntamente com as benfeitorias perfazia apenas a quantia de 600 mil réis, o que contrasta com o valor pelo qual os campos foram avaliados. Entre os bens descritos nos inventários dos fazendeiros encontramos referências a propriedades urbanas, sendo estas terrenos e casas, havendo também casas comerciais. Ao analisarmos a valorização dos bens imóveis urbanos e compararmos com os valores conferidos com os bens imóveis rurais, observamos que os imóveis urbanos foram melhor avaliados quanto ao valor comercial a eles conferidos. O gráfico 4.1 *Imóveis rurais e urbanos* apresenta as diferenças entre as somas dos bens imóveis urbanos e rurais.

---

17 APERS. Inventário de Antonio Telles de Souza. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1913. Autos nº 662.



Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Os imóveis urbanos representavam um investimento maior do que os imóveis rurais, o que evidencia também o preço do terreno urbano. No entanto, devemos considerar que as casas das fazendas eram locais de trabalho, sendo que alguns fazendeiros chegavam a residir na área urbana e outros destinavam as habitações apenas a locais de passeio. Precisamos ponderar ainda os estudos arquitetônicos, que nos mostram que as sedes das fazendas passaram a se modificar apenas a partir do final do século XIX adentrando ao século XX, sofrendo as influências europeias e a crescente industrialização, como referido por Luccas (2006):

A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos. (LUCCAS, 2006, p. 15)

Conforme nos explica Luccas (2006), é a partir do século XX que os novos modelos de pensamento passam a modificar os estilos de vida da sociedade sul-rio-grandense, trazendo novas ideias associadas à industrialização e padrões de comportamento. As sedes das fazendas começam a ser reinterpretadas trazendo novas formas de construção associadas ao conforto e ao requinte, como é o caso da fazenda do Socorro que é reconstruída por Lourdes de Noronha.

Segundo Golin (2007), com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul acabou sendo beneficiado, sua economia diversificou-se e o estado conseguiu aumentar o número de exportações. Nesse período também começam a surgir os primeiros frigoríficos, que favoreceu consideravelmente a produção pecuarista, base econômica do estado até o final do século XIX. Concomitantemente os setores da economia buscaram se modernizar para o atendimento das demandas dos produtos alimentícios e vestuários na Europa, através da aquisição de empréstimos. Golin (2007) salienta que o desenvolvimento econômico gaúcho, resultante da exportação dos países envolvidos na guerra, também favoreceu a eleição de Borges de Medeiros para seu quarto mandato em meados de 1917 (GOLIN, 2007).

Em Vacaria, segundo Barbosa (1917) em fins do século XIX a população começou a se intensificar em decorrência do fluxo migratório, neste momento cresceu o mercado de bovinos para a região de Caxias do Sul, São Leopoldo, Canoas e Porto Alegre. As tropas eram então conduzidas pela estrada Júlio de Castilhos e, principalmente, pela Rio Branco, via Korff e daí por Caxias, passando ora por Canela e Taquara Mundo Novo (BARBOSA, 1978).

Surgiram então numerosos tropeiros compradores de gado, que adquiriam os rebanhos na região para vendê-los aos matadouros e charqueadas, a mais importante delas a de Pedras Brancas, de Sapucaia. Entre os maiores compradores estavam os irmãos Pilar Guerreiro. Vidal Pilar Guerreiro, que chegava a transportar tropas de 800 reses, Francelino Pilar Guerreiro, João Pilar Guerreiro, José Osório Pilar Guerreiro e Sérgio Pilar Guerreiro, sendo estes os maiores compradores nas décadas de 1910 a 1950. (BARBOSA, 1978). De modo geral, Vacaria-RS manteve a produção pecuarista como base econômica até meados de 1930, sendo a agricultura destinada apenas a produção para consumo interno nas fazendas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar de que modo o território do antigo município de Vacaria passou por constantes processos de reterritorialização ao longo da passagem do século XIX para o século XX. Como base de nossos estudos utilizamos registros paroquiais de terras lançados em livro no ano de 1854, inventários *post-mortem* e registros cartoriais relacionados a fazenda do Socorro e seus antigos proprietários.

Evidenciamos que o espaço territorial ocupado pelas grandes fazendas pecuaristas já haviam sido reconfigurado em meados do século XIX, inclusive através de compras e vendas anteriores a Lei de Terras de 1850. As

grandes transformações políticas e econômicas resultantes da passagem do império para a república contribuíram significativamente para a consolidação de novas bases de produção econômica, o que promoveu a comercialização das terras e o desenvolvimento de novas atividades produtivas.

As diversas fragmentações e reestruturações territoriais havidas na fazenda do Socorro nos mostram que as terras da propriedade já haviam sido reconfiguradas durante o século XIX, sendo que José Joaquim Ferreira, inclusive consegue reincorporar áreas da fazenda que anteriormente já haviam sido fragmentadas. Com a posterior venda da fazenda a Marcos Flores de Noronha, a fazenda que até então destinava-se particularmente as atividades pecuaristas passa a abranger o cultivo extensivo para venda, o que novamente provoca mudanças em sua territorialidade.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.
- APERS. Ano: 1896. Autos n° 416. Maço n° 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário. Inventariado: Luiz Jacintho Ferreira. Inventariante: João Antônio Jacques.
- APERS. Escritura de desistência de herança. Suplicante: Luiz Jacintho Ferreira. Suplicados: Luiz Narciso Ferreira e sua mulher e outros. N° 751. Maço: 24. Estante: 120. Ano: 1881
- APERS. Inventário de Antonio Telles de Souza. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1913. Autos n° 662.
- APERS. Inventário José Joaquim Ferreira/ 1872 (1° e 2° volumes). Ano: 1872. Autos: 90. Estante: 119. Maço: 3. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.
- APERS. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos n° 170.
- APERS. Inventário de Otília Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.
- APERS. Livro de Registros Paroquiais. Vacaria/1854.
- Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4°Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.

- BRASIL. Regulamento para a execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. *Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854*. In: Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perder-se en el intento: repasando e repensando la historia regional. *História Unisinos*: Jan/abr, 2009.
- COSTA, Rogério H. da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.
- GEIGER, Pedro P. *Des-territorialização e espacialização*. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TAU GOLIN, Nelson Boeira. *República Velha: 1889-1930*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Tomo 2.
- LUCAS, Luiz Henrique. *Estâncias e fazendas do Rio grande do Sul: arquitetura tradicional da Pecuária*. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/ UFRGS: 2006. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01503.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- HEREDIA, Edmundo A. *La región en la globalización e en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. Universidad Nacional de Córdoba. In: CASTRO, Carlos J. *Globalización e historia: III Jornada de historia de las relaciones internacionales*. Provincia de Buenos Aires, 1996.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schimitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. *Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades (algumas notas)*. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PEGORARO, Andréa P. *Família e patrimônio no sul do Brasil do século XIX: As transmissões de propriedade através das alianças familiares nos testamentos e inventários post-mortem*. Dissertação de mestrado. Universidade de Passo Fundo (UPF), 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- RIHGRGS, Porto Alegre, n. 160, p. 35-56, julho de 2021.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (org.).  
*Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcri-  
ção número 12, folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

Serviço Registral Imobiliário Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcri-  
ção número 348. Livro 03. Folhas 73. 14 de maio de 1903.

Recebido em 16/02/2021

Aprovado em 31/05/2021